

Título: Fecomércio ará em Chapecó palestra sobre concorrência e cruzamento de informações

Veículo: Jornal Sul Brasil

Cidade: Chapecó (SC)

Data: 26.06.2017

Página: 7



Segunda-feira, 26 de Junho de 2017

GERAL 7

Fecomércio fará em Chapecó palestra sobre concorrência e cruzamento de informações

A terceira edição da operação Concorrência Leal, realizada pela Secretaria de Estado da Fazenda, pretende fiscalizar 26,1 mil contribuintes em Santa Catarina. Para orientar empresários e contadores quanto às novas regras de fiscalização, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio/SC) iniciou uma série de palestras no Estado, em parceria com a Federação dos Contabilistas (Fecontesc), Sindicatos das Empresas de Serviços Contábeis (Sescons) e o Conselho Regional de Contabilidade (CRCSC).

Nesta segunda-feira,

de Chapecó sediará a rodada de palestras. Com o apoio do Sicom, a iniciativa abordará o tema “Concorrência Leal 3: Cruzamento de informações e legalidade na era digital”. O evento está previsto para iniciar às 8h30, no Sicom. As confirmações de participação podem ser feitas pelo telefone (48)3229-1010 ou pelo e-mail eventos@fecomercio-sc.com.br.

A Fecomércio vem trabalhando junto à Secretaria da Fazenda e à classe contábil desde a primeira edição da operação, em 2012. “Precisamos divulgar as boas práticas para qualificar a gestão das empresas catarinenses, em sua

no Simples Nacional. A sonegação tem reflexo negativo em uma das nossas principais bandeiras: a redução da carga tributária”, de acordo com o presidente da Fecomércio, Bruno Breithaupt.

Sobre a operação

A operação Concorrência Leal tem

foco nas empresas enquadradas no Simples Nacional e abrange o período de 2013 a 2016. O faturamento de todas as empresas catarinenses optantes pelo Simples passou de R\$ 38 bilhões em 2012, ano da primeira operação Concorrência Leal, para R\$ 57 bilhões, em 2016.

Assim que deflagrar a operação, o

Fisco estadual encaminhará aos contadores comunicados demonstrando as inconsistências ou divergências para a retificação de possíveis erros e pendências. São analisados dados do Demonstrativo de Créditos Informados do Sped Fiscal, do Sistema Eletrônico de Cálculo (PGDAS-D), Declaração Única e Simplificada de

Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) com dados de compras efetuadas pelo governo do Estado e pelas prefeituras catarinenses, além do Demonstrativo de Créditos Informados Previamente (DCIP), da Nota Fiscal Eletrônica (NFE) e das empresas de cartão de crédito e débito.